



Plano Museológico | 2020 - 2023

Museu Casa de Benjamin Constant
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram

INTRODUÇÃO

O Museu Casa de Benjamin Constant (MCBC) apresenta o Plano Museológico para o quadriênio 2020-2023.

O documento atualiza as bases conceituais do museu, adicionando à missão institucional a visão e os valores que compõem nosso papel enquanto museu público. Para a elaboração desta versão do Plano Museológico, seguimos as diretrizes dos *Subsídios para a elaboração de Plano Museológicos*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus.¹

Ao longo da vigência do último Plano Museológico, o MCBC buscou o aprimoramento dos setores administrativos e técnicos. Durante aquele período, novas demandas e dificuldades emergiram em função de situações críticas, como o esvaziamento do setor educativo do museu e o fechamento ao público para a execução da primeira etapa de restauro. Portanto, o Plano Museológico que apresentamos leva em consideração estes desafios, apontando as oportunidades e os obstáculos a serem enfrentados.

O MCBC reconhece a importância do Plano Museológico e considera o planejamento estratégico como fundamental para o cumprimento da missão e a consolidação dos valores institucionais, nos termos do Artigo 45 da Seção III da Lei 11.904/2009:

*Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.*²

Integram este documento: a) caracterização institucional (missão, visão, valores e marcos conceituais); b) diagnóstico institucional baseado em análise SOWT e c) programas, propostas e metas setoriais do museu.

¹ Instituto Brasileiro de Museus. *Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos*. Brasília: Ibram, 2016.

² Lei nº 11.904/2009

I ETAPA

CARACTERIZAÇÃO DO MUSEU

Histórico



Figura 1: Fachada Casa Histórica Museu Casa de Benjamin Constant

Construída na segunda metade do século XIX, por Antônio Moreira dos Santos Costa, seu proprietário, a casa foi alugada por Benjamin Constant após a Proclamação da República, quando deixou a direção do Instituto dos Cegos para participar do Governo Provisório como Ministro da Guerra e, logo depois, como Ministro da Instrução dos Correios e Telégrafos.

O museu não é somente uma casa, e sim uma chácara típica do século XIX, com generosa área verde, um caramanchão e duas edificações principais: a casa histórica onde morou e faleceu Benjamin Constant Botelho de Magalhães e a casa de Bernardina, uma das filhas do patrono, na qual atualmente estão instaladas as áreas administrativa e técnica do museu, além abrigar o acervo histórico e bibliográfico.

Podemos dizer que a chácara teve 5 fases distintas ao longo da sua trajetória: a primeira vai da década de 1860, quando foi construída, até 1890, quando Benjamin Constant a alugou. A segunda fase, bem curta, corresponde ao tempo em que Benjamin nela residiu, entre 1890 e sua morte, em 1891. A terceira fase vai de 1891 até 1958, período no qual a propriedade permaneceu em usufruto da família de Benjamin Constant. A quarta fase corresponde aos

esforços de algumas pessoas e instituições para transformar a casa em museu, entre 1958 e 1982. Finalmente, em 1982 a chácara abre suas portas ao público, já como museu casa.

1ª Fase (1860-1890)

No século XVII, a região onde a chácara está situada se chamava morro de Nossa Senhora do Desterro. Depois, passou a se chamar Santa Teresa, em função do convento com o mesmo nome, construído em 1750 a mando do Governador Gomes Freire de Andrade. Santa Teresa era um bairro de chácaras das classes abastadas do Rio de Janeiro, residencial, porém rural. Nessas chácaras, criavam-se animais e plantavam-se víveres. Não raro, Santa Teresa era procurada por aqueles que buscavam um lugar mais saudável para morar, motivo que levou o próprio Benjamin Constant a residir no bairro.

Os acessos eram poucos, nos séculos XVII e XVIII. Apenas no século XIX, quando algumas propriedades foram desmembradas, é que se abriram ruas e vias em Santa Teresa. Nesse tempo, o transporte era feito através de liteiras, em ombros de escravos, ou veículos de tração animal. No II Reinado, em 1856, o Governo Imperial autorizou a instalação de bondes de tração animal, que circulavam sobre trilhos de ferro. Esse transporte começa a funcionar mesmo em 1859 e, no final do século XIX, passaram a conviver com os bondes elétricos.

A casa da chácara onde viveria Benjamin foi construída por volta de 1860, em estilo neoclássico, com jardim e belvedere, caramanchão e porão. O primeiro proprietário chamava-se Antônio Moreira dos Santos Costa. As casas de chácara situavam-se em torno do núcleo urbano e contavam, muitas vezes, com senzala, jardim, horta, pomar, chiqueiro, estrebaria, cocheira e abastecimento próprio de água. Eram mais confortáveis que os sobrados urbanos e, por isso, preferidas pelas classes mais abastadas.

A arquitetura da casa apresenta portas e janelas verticais distribuídas com estrita regularidade binária e com repetição, sendo marcante o uso de formas geométricas. A fachada é frontal, diretamente aberta sobre a calçada, exceto nas duas entradas, que apresentam pátio de acesso com notável gradil de ferro. No interior, apresenta assoalho de madeira e mobiliário em madeira e ferro.

2ª Fase (1890-1891)

Como diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Benjamin Constant residia na escola. Após a proclamação da República e sua participação no Governo Provisório como Ministro da Guerra e, depois, da Instrução Pública, mudou-se para Santa Teresa. Provavelmente, procurou o bairro pelos seus benefícios à saúde: ar puro, clima mais ameno e

bastante verde. O professor sofria de complicações hepáticas por conta da malária que contraíra na Guerra do Paraguai.

Segundo o diário de sua filha Bernardina, a família residiu primeiramente em outra casa do bairro e, depois, na chácara da rua Monte Alegre. Esta foi alugada por Benjamin que, sem mesmo observar cuidadosamente a casa, afirmou: “fico com ela”. A localização da propriedade, com uma vista aberta à baía de Guanabara, cativou-o desde o princípio.

Ampla e arejada, a casa oferecia o que Benjamin procurava: espaço para a família, tranquilidade e um ambiente salutar. Organizou seu escritório de estudo e trabalho num dos cômodos logo na entrada da residência, com biblioteca e mesa-gabinete. A sala de visitas era ideal para as reuniões que faziam parte do seu cotidiano de ministro.

Entretanto, Benjamin viveria pouco no local. Seus problemas de saúde agravavam-se e, em janeiro de 1891, falecia Benjamin Constant em sua residência, onde foi velado.

3ª Fase (1891-1958)

Com o falecimento de Benjamin Constant, a casa passou a usufruto da viúva e dos filhos do casal, que não tinham condições de mantê-la. Assim, o governo republicano adquiriu a chácara, pagando 100 contos de réis ao proprietário Antônio Moreira dos Santos Costa e a transformando em próprio nacional. A transação foi feita em cumprimento do artigo 8º das disposições transitórias da Constituição de 1891, a primeira da era republicana, mas necessitou ainda do decreto legislativo nº6 de 29 de agosto de 1891, que autorizou a compra.³

Além do objetivo prático de garantir o bem-estar da família enlutada, a compra da casa de Benjamin Constant também fez parte da entronização do Fundador da República no rol de heróis nacionais. Sua morte e elevação a figura de apelo público marcou toda a trajetória da casa a partir de então como, por exemplo, na época de seu tombamento, como veremos.

Ser um herói não estava entre os planos de Benjamin Constant. Mais de uma vez sinalizou que recusaria ser o líder máximo do governo, deixando claro que não disputaria as eleições para Presidente da República, caso fosse indicado para a corrida eleitoral. Esse é um dos indícios de que Benjamin nunca desejou estar na mira de holofotes.

Sua militância, se podemos usar a palavra, era a ciência e a educação. Benjamin Constant tinha um objetivo pessoal que levou consigo durante seus dois últimos anos de vida: reformar o ensino no Brasil. Certa vez afirmou que “o engrandecimento da República repousa essencialmente sobre a educação”. Muito se esforçou para isso, recusou trabalhos que poderiam

³ Arquivo IPHAN. Arq. Téc. Adm. Pasta 20 Título de Propriedade

lhe trazer prestígio e antes de morrer conseguiu submeter o projeto de reforma do ensino público brasileiro. Porém, a vontade individual é, não raro, sobrepujada pelo triunfo da vontade coletiva e, nesse caso, política.

O título de Fundador da República, outorgado a Benjamin pelo Congresso Nacional dois dias após seu falecimento e também registrado nas Disposições Transitórias da Constituição de 1891, a primeira da era republicana, coroou o que o historiador Renato Lemos chamou de entronização de Benjamin no panteão de heróis nacionais. Além do título, a Carta previu o destino da última residência do homenageado:

“O Governo federal adquirirá para a Nação a casa em que faleceu o Doutor Benjamin Constant Botelho de Magalhães e nela mandará colocar uma lápide em homenagem à memória do grande patriota - o fundador da República”
(Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Disposições Transitórias, Artigo 8º, 24 de fevereiro de 1891).

O trecho é precedido pela oferta do governo de uma pensão vitalícia a D. Pedro II que, *“a contar de 15 de novembro de 1889, garanta-lhe, por todo o tempo de sua vida, subsistência decente”*. Ao mesmo tempo em que lembra o último imperador, faz surgir a figura do fundador do regime que pôs fim ao Império.

Quando lembramos que a residência de Deodoro também recebeu uma placa memorativa do seu ato proclamador, podemos imaginar que a elite política produzia os sítios históricos da República, vinculando-os às figuras públicas do novo regime. No caso de Benjamin Constant, nada melhor que a morte como convite à uma entronização que ultrapassou a demarcação física de sua residência como um lugar histórico, gerando a primeira iniciativa museológica da República brasileira.

Entretanto, a casa ainda esperaria muita até que fosse transformada em museu. A família permaneceu morando na chácara e uma parte do terreno foi desmembrada para uso particular de Bernardina Constant Serejo e João de Albuquerque Serejo. Nesta área foi construída a segunda residência da chácara, conhecida hoje como casa de Bernardina.

4ª Fase (1958-1982)

Em 1958 o General Pery Constant Beviláqua, neto de Benjamin Constant, solicitou o SPHAN uma intervenção no imóvel, que se encontrava em ruínas. Araci Constant, filha mais nova de Benjamin, morou na casa até aquele ano. Prontamente o SPHAN começou os estudos

e tombou a casa como patrimônio histórico nacional, com um parecer favorável de Carlos Drummond de Andrade.

Vale registrar que Drummond de Andrade menciona, no seu parecer, o projeto de Demétrio Ribeiro que propunha a conversão da casa em museu. Além disso, cita o artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1891. Para ele, seria desnecessária a pesquisa e justificativa para o tombamento, já que a historicidade da casa foi estabelecida pela Carta de 1891, restando ao SPHAN inscrever o imóvel no Livro de Tombo e produzir documentação fotográfica do imóvel para compor o arquivo da Seção Histórica.

Sugestivamente, a morte de Benjamin – sua passagem da dimensão física para a mítica – marca o imóvel: o objeto do tombamento é chamado de “casa onde *faleceu* Benjamin Constant” (grifo atual), como se a passagem do morador de vivente a mito resultasse também na passagem da casa de residência a patrimônio.

Aspectos arquitetônicos e ambientais



Figura 2: Caramanchão - Parque Museu Casa de Benjamin Constant

A edificação principal, chamada de casa histórica, está situada em amplo jardim densamente arborizado. Trata-se de uma casa de chácara, típica do século XIX, em estilo neoclássico, com jardim, caramanchão e coreto num parque de árvores frutíferas e ornamentais.

Apresenta caixilhos de vidraças e avarandados com gradil de ferro fundido, planta arquitetônica em forma de “U”, com pátio interno para o qual se abrem várias portas e janelas.

Com sua decoração, móveis e objetos, o Museu apresenta uma exposição de longa duração distribuída por 15 cômodos que reconstituem o ambiente em que vivia Benjamin Constant no final do século XIX e sua família no século XX. São eles: Hall de Entrada, Escritório, Sala de Visita, Corredor, Hall Interno, Quarto da Moça e do Rapaz, Sala de Costura, Quarto do Casal, Sala de Jantar, Copa, Banheiro, Cozinha e Despensa.

Além da casa histórica, o terreno abriga uma casa anexa, onde tudo indica ter sido uma cocheira ou casa de serviçais na época em que BC residiu na propriedade, com duzentos e vinte metros quadrados de área construída. Com o casamento de Bernardina, uma das filhas de Benjamin Constant, com João Serejo, a casa foi reformada para servir de residência do casal, originando imóvel com as atuais características. Os dois imóveis perfazem um total de quinhentos e vinte metros quadrados de área construída, aos quais se soma uma pequena guarita situada na entrada da chácara.

O Parque possui aproximadamente 12.000 m² de terreno em declive, demarcado por muros e gradis de ferro em seus limites com as ruas Monte Alegre, Ladeira do Castro e Triunfo. O terreno outrora desmatado foi reflorestado na década de 1980, com cerca de mil árvores da mata atlântica brasileira. Desde o ano de 1985 o terreno integra a **Área de Proteção Ambiental – APA** do bairro de Santa Teresa, criada pela Lei Municipal nº 495, de 09 de janeiro de 1984 e regulamentada pelo Decreto nº 5.050 de 23 de abril de 1985.



Figura 3: Planta da chácara onde se localiza o Museu Casa de Benjamin Constant.

Atuação

O MCBC atua na interface entre o museu casa e o museu de história. As temáticas centrais da instituição são: história política do Brasil; história da República; história do Rio de Janeiro; Positivismo; vivências familiares do século XIX. O museu trabalha esses temas através da exposição de longa duração, atividades educativas, pesquisa científica, divulgação do conhecimento em mídias diversas e parcerias interinstitucionais.

Por suas características arquitetônicas e ambientais, é um aparelho cultural e de lazer cotidiano da comunidade na qual se insere, oferecendo apoio e participando das iniciativas dos parceiros do bairro.

Marco conceitual

Museu Casa e Museu de História como monumento/documento

Os museus casa são instituições museológicas que, em determinado período histórico, serviram como residência de uma pessoa e de sua família. Seus edifícios foram originalmente construídos para moradia e não para que fossem monumentos, abrigassem acervos ou testemunhassem histórias relevantes. A transformação de residências em museus tenta conjugar duas práticas sociais: morar e rememorar, justificando o binômio museu casa. A relevância histórica de seus moradores, reconhecida por uma sociedade por diversas razões, se entrelaça à trajetória do próprio imóvel.

Este processo transforma as casas residenciais em monumentos que grupos sociais erguem às suas sociedades. Além de monumentos, os museus casa são também documentos, pois, ao articular a narrativa biográfica do seu patrono com seus edifícios, seu entorno e seus acervos,⁴ reconhecem sua trajetória como suporte de relações sociais históricas. Redefinir o museu-casa como monumento/documento é essencial para caracterizá-lo como museu de história, caso que se aplica ao Museu Casa de Benjamin Constant.

Através da ideia de monumento/documento,⁵ podem-se abordar as práticas sociais e culturais do final do século XIX e a construção do personagem histórico de Benjamin Constant. Na Constituição de 1891, em um dos artigos das “Disposições Transitórias”, foi determinada a compra, pela União, da casa onde por último viveu e morreu Benjamin Constant, assim como fosse o imóvel deixado em usufruto de sua viúva, sendo colocada no local uma placa de bronze em homenagem à “memória do grande patriota – Fundador da República”. Nessa ocasião, um projeto apresentado por Demétrio Ribeiro, ao Congresso Nacional, propunha que após a morte da viúva, Maria Joaquina, fosse a casa “convertida em um museu de documentos de toda a sorte relativos à vida e feitos do ínclito cidadão”. Portanto, como parte da entronização póstuma no panteão de heróis nacionais, a elite política do período buscou consolidar o título de “Fundador da República” através da transformação da sua última residência na primeira casa de memória da República.

A ação dos políticos de então foi um esforço patente para a criação de um monumento associado à evocação de um personagem construído. O monumento tem como característica fundamental esta associação ao poder de rememoração das sociedades históricas. A noção de documento nos permite hoje abordar o Museu Casa de Benjamin Constant como suporte de vontades políticas e construções simbólicas, enfim, como uma instituição que faz parte um processo histórico. Deve-se perguntar por que o monumento/documento foi produzido; qual a sua função; a que atividades sociais se relaciona e a que grupos sociais satisfaz; que imagem de sociedade se revela no monumento/documento; e ainda, que função social tem, atualmente, o monumento/documento.

Portanto, o Museu Casa de Benjamin Constant trabalha com os conceitos de museu-casa e museu de história, colocando em perspectiva crítica as características que definem o espaço

⁴ Conforme definido pelo texto de apresentação dos Anais do I Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas. PESSOA, Ana. “Apresentação”. I Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/anais/FCRB_Anais_I_Encontro_Luso_-_Brasileiro_de_Museus_Casas.pdf - Acesso em 21 de março de 2012.

⁵ Este binômio vem do clássico, e ainda atual, texto de Jacques LeGoff “Monumento/Documento”. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

museal como historicamente relevante, como monumento e documento, tanto para os republicanos do fim do século XIX, quanto para aqueles que participaram da sua trajetória no século XX, e também para a sociedade brasileira do século XXI.

Missão

O Museu Casa de Benjamin Constant tem como missão preservar e divulgar a vida e a obra de seu patrono, estimulando o pensamento crítico sobre a história do Império e da República, nas suas manifestações políticas, sociais e culturais, por meio de seu acervo, de ações educativas, de ações de comunicação, da produção de conhecimento e do uso sustentável do seu Parque, que integra a Área de Preservação Ambiental (APA) de Santa Teresa.

Visão

Ser referência como museu-casa, lugar de memória da criação da República, integrado à comunidade de Santa Teresa.

Valores

- Universalização do acesso e uso do museu público
- Produção de conhecimento
- Preservação do patrimônio público
- Sustentabilidade ambiental
- Ética republicana
- Defesa do Estado Laico e Democrático de Direito
- Cidadania

Relevância

Nossa missão segue as diretrizes do **Estatuto de Museus**, instituído pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que caracteriza os museus como instituições “a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”. Como museu casa e museu de história, o MCBC inspira-se, também, no texto do **Plano Nacional Setorial de Museus (2010-2020)**, que define os museus de história “como locais de reflexão crítica sobre a história representada e a ser representada, garantindo a coerência da missão institucional”⁶.

⁶ *Plano Nacional Setorial de Museus (2010-2020)*. Brasília: Ibram, 2010, p. 87, <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf> acesso em 27/11/2017

Acredita-se que a presente missão contribua para promover a cidadania e a valorização da diversidade, à medida que, através da manutenção da memória de uma época de profundas transformações em nosso país, seja pela constatação da importância social, política e cultural de um personagem da nossa História, seja pelo contato com os modos de vida de uma época remota, permite-se ao indivíduo relacionar sua individualidade com o coletivo, construindo uma reflexão crítica de si, de sua sociedade e das demais, compreendendo e respeitando semelhanças e diferenças entre ele e seu entorno. Ademais, ao expor ao público um acervo de grande importância para a História do Brasil, o museu está impulsionando a valorização e a preservação do patrimônio cultural. A promoção de atividades educativas, ecológicas, culturais e de lazer, alicerçadas no respeito à pluralidade cultural e na participação comunitária, desempenharia uma importante função social: a de universalizar o acesso da sociedade ao patrimônio material, imaterial e ambiental do país.

O Museu Casa de Benjamin Constant teve sua trajetória iniciada na primeira constituição republicana, a Carta de 1891, em um dos artigos das “Disposições Transitórias” que determinou a compra, pela União, da casa onde por último viveu e morreu Benjamin Constant, assim como fosse o imóvel deixado em usufruto de sua viúva, sendo colocada no local uma placa de bronze em homenagem à “memória do grande patriota – Fundador da República”. Nessa ocasião, um projeto apresentado por Demétrio Ribeiro ao Congresso Nacional, propunha que após a morte da viúva, Maria Joaquina, fosse a casa “convertida em um museu de documentos de toda a sorte relativos à vida e feitos do ínclito cidadão”.

Diagnóstico institucional (análise swot)

A matriz *SWOT* é um modelo de diagnóstico que visa identificar as forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) observáveis nos vários setores institucionais e também fora dele. Apresentamos a seguir os resultados obtidos em 2018. Todos os servidores participaram do trabalho.

Análise SWOT		
Setores: Direção, Administrativo, Técnico, Conservação, Parque (área verde externa)		
FATORES INTERNOS	FORÇAS - Obras Restauração Casa Histórica (Concluída) - Obras de Infraestrutura, Sede Administrativa e Anexo de apoio (Em execução) - Maioria da equipe engajada e proativa.	FRAQUEZAS - Museu fechado ao público desde de janeiro de 2017, devido a obras de restauração. - Desmotivação de profissionais; - Falta de capacitação nas áreas de atuação no museu - Imagem Institucional

	- Acervo tratado e inventariado em constante manutenção - Material de trabalho adequado para a maioria dos setores. - APA (Área de Proteção Ambiental) com potencial para ser explorado. - Temática histórica nacional e cidadã. - Práticas sustentáveis. - Espaços adequados para atividades do museu (educativo, tratamento de acervo, salas separadas para os setores) – Em Execução. - Site Institucional - Banco de dados (acervo museológico e parte do arquivístico) on-line, através da Plataforma Tainacan. - Realização de Circuito Sítios Históricos da República (Semana de Museus e Semana da República) - Realização Seminário 130 anos da República: Desafios e Perspectivas.	- Falta de atividades constantes na área externa, ambientais. - Falta profissional Técnico em Assuntos Educativos. - Falta de Ações Educativas. - Inatividade da Associação de Amigos do Museu
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES - Localização em bairro turístico/histórico, com área verde disponível. - Parcerias com outras instituições com temática republicana. - Parcerias com instituições do bairro de Santa Teresa. - Boas relações com a vizinhança.	AMEAÇAS - Fluxos e rotinas administrativas insuficientes no Ibram; - Ausência de segurança pública no bairro; - Baixa aprovação dos Planos de Ação; - Internet de baixa qualidade; - Inexistência de política de valorização dos servidores (Planos de cargos, carreira e títulos) - Saúde dos servidores (não reconhecimento de Insalubridade) - Falta de política clara do Ibram referente a pesquisa e produção de conhecimento;

O levantamento de dados sobre o MCBC, a partir da matriz SWOT, reconhece o potencial do museu em termos de acervo, temática, localização e possibilidades de atuação junto à comunidade. Foi considerada como *força* a situação do acervo, que é tratado e inventariado, com revisões periódicas. Outro aspecto positivo é a identidade do MCBC como museu de temática nacional, em função da história particular de seu patrono com a República. Isso permite que questões importantes sejam valorizadas nas visitas ao museu. O momento vivido pela instituição em 2017 e 2018, quando a casa histórica foi restaurada, é a grande oportunidade vislumbrada pela equipe, já que o museu poderá reabrir as portas ao público totalmente renovado, tão logo seja finalizada a segunda etapa de obras, com previsão para segundo semestre de 2020. A equipe, ainda que pequena, é compromissada com a instituição.

As ameaças identificadas têm várias causas, sendo a maioria delas externas ao MCBC, mas que se manifestam na dinâmica interna, tais como a desmotivação de alguns servidores pela inexistência, no Ibram, de Plano de Carreira que valorize a formação e a titulação dos trabalhadores, gerando evasão de profissionais.

Algumas fraquezas internas estão diretamente ligadas às ameaças identificadas na observação dos fatores externos. Uma delas é o não reconhecimento, seja pelo Ibram, seja por outros órgãos, da condição insalubre em que muitos trabalhadores de museus se encontram, sobretudo os que lidam diretamente com o acervo histórico, seja ele bibliográfico, arquivístico ou museológico. Essa ameaça incide de forma clara no cotidiano dos servidores.

Na medida em que os fatores positivos e negativos dizem respeito a setores diversos do museu, os dados colhidos através do diagnóstico SWOT serão abordados em cada um dos programas deste Plano Museológico.

Objetivos estratégicos

Como museu público, objetivamos cumprir nossa missão institucional atuando em articulação com a comunidade museológica, universitária e civil, para a consolidação de nossa visão e o fortalecimento dos nossos valores de acordo com os Programas de seu Plano Museológico. Para que este objetivo geral se torne realidade, almejamos ser, especificamente:

- Propositivos nas ações educativo culturais em consonância com as políticas públicas para o campo museal, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus;
- Transparentes institucionalmente;
- Profissionais em todas as ações promovidas pelo museu;
- Cumpridores de todas as normas e marcos legais e regulatórios gerais para instituições públicas, e específicos para instituições culturais e museológicas.